



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

NATHÁLIA COSTA GONÇALVES

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE LETRAMENTO DOS
NEGROS ESCRAVIZADOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Rio de Janeiro

2022.2

NATHÁLIA COSTA GONÇALVES

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE LETRAMENTO DOS
NEGROS ESCRAVIZADOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras na habilitação
Português/ Alemão.

Orientador: Prof. Dr. TÂNIA CLEMENTE DE SOUZA

Coorientador: Prof. Dr. RAFAEL CHAVES SANTOS

Rio de Janeiro

2022.2

Gonçalves, Nathália Costa

Estudo bibliográfico sobre o processo de letramento dos negros
escravizados no Brasil do século XXI / Nathália Costa Gonçalves. - 2022

40f. : Bibliografia: f. 27.

Monografia (graduação em Letras habilitação Português – Alemão) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes,
Faculdade de Letras.

Rio de Janeiro, 2022.

Orientador: Tânia Clemente de Souza

Coorientador: Rafael Chaves Santos

FOLHA DE AVALIAÇÃO

NATHÁLIA COSTA GONÇALVES

DRE: 113204428

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE LETRAMENTO DOS
NEGROS ESCRAVIZADOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras na habilitação
Português/Alemão.

Data de avaliação: 11 / 12 / 2022

Banca examinadora:



NOTA: 9,0

Prof. Dr. TÂNIA CLEMENTE DE SOUZA (orientador)



NOTA: 9,0

Prof. Dr. RAFAEL CHAVES SANTOS (coorientador)

Faculdade de Letras da UFRJ



NOTA: 8,0

Prof. Dr. Luiz Carlos Coelho de Oliveira

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

Assinatura dos avaliadores:

MÉDIA: 8,6

Resumo

O presente trabalho tem como tema central o processo de letramento dos negros escravizados no Brasil do século XIX. Sendo assim, o objetivo do estudo é abordar a temática do letramento de forma linguística e de uso social da língua, utilizando os negros escravizados do século XIX como objetos principais dessa análise. A partir do princípio da existência de negros escravizados letrados, pretende-se fazer uma busca histórico-bibliográfica acerca desse letramento; além disso, daremos especial ênfase aos escravizados não libertos. A metodologia de trabalho utilizada nesse projeto será histórico-bibliográfica. Essa abordagem buscará, desta forma, analisar esse processo (de letramento) e como ele se desenvolveu ainda no período de escravidão, propondo-se também compreender sua funcionalidade e natureza. A escolha deste tema surgiu das indagações de assimilar como os cativos tiveram acesso aos códigos, sejam numéricos ou alfabéticos, e sua utilização em contextos sociais. Logo, o trabalho não tem a intenção de entrar em pontuações pedagógicas de ensino da língua portuguesa escrita (ou falada) para esses indivíduos, contudo, no estudo do processo de aquisição desse letramento, a alfabetização será abordada de forma tangenciada, apenas como uma das naturezas do letramento. Desta maneira, podemos desenraizar “mitos” de negros escravizados sem posse de uma cultura de escrita ou sem acesso, ou uso, dessa forma social de comunicação.

Palavras-chave: letramento; escravizados; comunicação; naturezas.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
1 Fundamentação Teórica.....	7
1.1 Letramento e Alfabetização.....	8
1.2 Em um objeto universal.....	10
1.3 Letramento e oralidade como práticas sociais dos escravizados.....	11
1.4 Negros escravizados e o letramento.....	13
2.0 Naturezas do letramento.....	14
2.1 Escravos alfabetizados e letrados (1ª natureza).....	14
2.2 Escravizados leitores por escutarem os textos (2º natureza).....	18
2.3 Leitores por saberem o significado das letras impressas. (3ª natureza).....	19
3.0 Práticas de letramento.....	20
4.0 Desvantagens educacionais históricas.....	22
5.0 Considerações Finais.....	23
6.0 Referências.....	27

Introdução

Sabe-se que a taxa de analfabetismo entre a população negra no Brasil é o dobro em relação à população branca, sendo mais específico, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no censo de 2018, cerca de 9 %¹ dos negros com 15 anos ou mais ainda eram analfabetos no Brasil. Em vista disso, com mais de um século de história pós abolição, convivemos ainda com mitos em relação ao uso e a cultura de letramento e alfabetização dos negros no Brasil. Hoje, temos apontamentos como a desigualdade social, econômica e escolar (provenientes de um racismo institucional no país). Entretanto, no século XIX, tínhamos como pano de fundo histórico a escravidão de negros vigente no Brasil, que só teve, oficialmente, término no final de 1800. A escravidão dos negros, sem dúvida, foi um processo e um momento histórico de apagamento de todo um povo, seja de forma social, cultural, religioso, econômico, e, sendo assim, a alfabetização e letramento estão também inseridos nesse contexto. “Não há quase nenhuma referência aos escravos como sujeitos históricos e menos ainda às suas capacidades de produção de significados a partir de códigos comunicacionais dominantes nessa sociedade. Há uma espécie de silêncio sobre sua imersão no mundo do letramento e da leitura.” (BARBOSA, 2009, p 2).

Nota-se que a escravidão foi imprescindível e fundamental para esse apagamento e a perpetuação da crença de que a raça negra não estava inserida em um letramento e em seu uso comunicativo, já que socialmente, naquele período, os negros eram animalizados, sem a possibilidade de tornarem seus conhecimentos linguísticos, de forma escrita ou de falada, visibilizados. Assim, delinearam-se os seguintes objetivos da pesquisa: o objetivo geral é trazer à tona o letramento dos escravizados no século XIX e traçar uma contextualização histórica acerca desse letramento. Mas, para ter uma análise mais eficaz para esse objetivo geral, pautam-se os seguintes objetivos específicos: verificar as diferenciações entre os conceitos de letramento e alfabetização; entender o processo e o contexto histórico em que se encontravam os objetos da pesquisa; e os desafios e a importância desse estudo para pensar no escravizado como indivíduo socialmente ativo, pensante e humanizado. Os métodos do estudo bibliográfico tiveram como tipo de pesquisa: a exploratória, a descritiva e a explicativa. Portanto, no capítulo inicial desta pesquisa são analisados, primeiramente, os conceitos de alfabetização e

1 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece#>

letramento, faz-se também a verificação desses conceitos em dados históricos sobre escravizados; em seguida vamos entender as diversas naturezas de letramento e, assim, pretende-se entender essas formas de letramento através de dados e exemplos históricos de escravizados. Por fim, ainda baseado nos conceitos apresentados anteriormente sobre letramento, busca-se, outrossim, inserir os escravos como agentes ativos socialmente, e, desta forma, incorporar esses indivíduos na cultura letrada (antes apagada historicamente).

Assim sendo, apresenta-se a seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: como se deu o letramento de negros escravizados do século XIX? E qual a importância dessa pesquisa para reaver a inserção da cultura do letramento entre a população escravizada? Entende-se o quão importante é compreender esse processo hoje, no momento em que estudos sobre africanidades e a história afro-brasileira precisam (obrigatoriamente) ser trabalhadas e estudadas no Brasil diante da vigente lei 10.639/2003 que determina que as escolas de rede pública e privada ensinem a História e Cultura Afro-Brasileiras, em todo âmbito escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira, proporcionando, assim, a pesquisadores e estudantes conteúdo para os estudos linguísticos nesta área.

1 Fundamentação Teórica

Para enlaçar o estudo bibliográfico e a procura por um resultado que se encaixe no campo de expectativa do objetivo do trabalho, foi necessário estabelecer uma base teórica que se associe de acordo com tema da pesquisa, para isso foram utilizadas como fontes artigos e livros que abrangem a área de pesquisa como um todo. Na área histórica foram utilizados textos da historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, no domínio pedagógico foram utilizados textos e livros da autora Magda Sores e no campo linguístico obras de Leda Verdiani Tfouni. Além disso, o suporte teórico servirá como apoio para o desdobramento do trabalho, esclarecendo muitos conceitos que facilitarão o entendimento do estudo. Como o objetivo do trabalho é fazer uma análise bibliográfica acerca do letramento dos escravizados do século XIX, faz-se necessário uma definição e configuração da palavra letramento para enfatizar e buscar definir o processo analisado na pesquisa.

Antes de entrar na pesquisa em si, fora indispensável, também, fazer uma distinção entre o que se caracteriza um letramento e uma alfabetização. Portanto, é importante ressaltar que se trata de uma pesquisa bibliográfica. E os temas a serem abordados

dentro da pesquisa são: Letramento e Alfabetização, Em um objeto universal, Letramento e oralidade como práticas sociais dos escravizados, Negros escravizados e o letramento, Naturezas do letramento, Práticas de letramentos, Desvantagens educacionais históricas, Considerações finais.

1.1 Letramento e alfabetização

Por volta de 1980, em diferentes países como Brasil (*letramento*), França (*illettrisme*), Portugal (*literacia*), de forma simultânea, a definição de *letramento* foi tomando forma e concretude na área da linguística, educação, pedagógicas e afins. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a definição de letramento (*literacy*) já estava dicionarizada desde o século XIX, porém, assim como os países mencionados anteriormente, somente na década de 80 o conceito de letramento ganhou foco nos estudos da educação e linguagem. Ainda no século 20, no fim de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) propôs uma ampliação do conceito de *literate* para *functionally literate* e, portanto, a sugestão de que as avaliações internacionais sobre domínio de competências de leitura e de escrita fossem além do medir apenas a capacidade de saber ler e escrever. (SOARES, 2004).

Nesta análise sobre a criação do conceito de *letramento* é importante pensar que, mesmo surgindo ao mesmo tempo em diferentes países, as causas e as conjunturas são claramente distintas em relação os países desenvolvidos como França, Inglaterra e Estados Unidos e em desenvolvimento como o Brasil. Sem se estender muito até esse debate, no momento, o ideal a se fazer é uma distinção fundamental que está nas correspondências entre o uso dos códigos (leitura e escrita) de forma social e as aprendizagens do sistema de escrita, ou seja, a diferenciação de letramento e alfabetização. As práticas sociais do uso do código (escrita e leitura) tomam uma posição importante nos países desenvolvidos entre a população, que mesmo alfabetizada, não possuía competências de leitura e escrita, exigidas para uma atuação satisfatória nas práticas sociais e profissionais que envolvem os códigos escritos. Mas pensando em uma análise sobre o *letramento* no Brasil, esse movimento veio na contramão dos países desenvolvidos.

A inserção do *letramento* nos estudos linguísticos e pedagógicos partiram do princípio da relevância e a indispensabilidade de competências para um uso satisfatório da escrita e da leitura e tem seu começo relacionado ao aprendizado inicial da escrita, formando-se fundamentalmente a partir de perguntas sobre o conceito de alfabetização. Com isso, no

Brasil, os conceitos de letramento e alfabetização acabam por se mesclarem, causando assim, muitas vezes uma confusão no que diz respeito à prática do uso desses conceitos. Ainda que a relação entre letramento e alfabetização seja inquestionável, a mesma, ainda que dê enfoque as suas distinções, acaba por desmanchar as singularidades de ambos os fenômenos, como se pretende apresentar no texto. *Letramento* não teve uma definição por muitos anos dentro dos dicionários de língua portuguesa, e, por diversas vezes esteve associado diretamente ao ato da escrita e leitura, sendo assim, um sinônimo de alfabetização. É interessante refletir que o *letramento* é um neologismo, que surgiu exatamente por consciência de estudiosos de que o letramento transpassava a aquisição da escrita e leitura (alfabetização).

À vista disso, Tfouni (1995, p. 30) aponta que “[...] a necessidade de se começar a falar em letramento surgiu, creio eu, da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla e determinante desta”. Essa afirmação rompe e confronta outras concepções que lidam com o letramento como aprendizagem da leitura e da escrita. Em Tfouni (1988, 1992a, 1995, 2001), são feitas críticas acerca de quem afirma que letramento está associado às habilidades de leitura e escrita de textos, e que a partir dessas postulações, se cria um erro de que o letramento está ligado necessariamente à escolarização. Além disso, outro equívoco recorrente dessa afirmação é que somente pessoas que sabem ler e escrever são consideradas “letradas”, portanto, escolarizadas e/ou alfabetizadas. Como um processo irrestrito à escrita e à leitura, o letramento, que está associado com a presença e a interferência de um sistema de códigos, está, de forma social, corrente em uma sociedade letrada.

A partir do conceito de *continuum* (Tfouni, 1994), que de alguma forma lidamos com a preponderância da escrita na sociedade, e que, portanto, todos têm um grau de letramento, mesmo que não seja escolarizado e/ou alfabetizado. Esse grau de letramento está relacionado a diversos fatores como demandas cognitivas e mudanças que ocorrem na sociedade quando se torna letrada, das competências que são exigidas a partir desse letramento e das práticas letradas as quais o indivíduo tem acesso. Além de um procedimento pessoal, a aquisição da leitura e da escrita estabelece um dos aspectos da alfabetização, que, por sua vez, está encaixada no letramento (Tfouni et al., 2017). Pensar em uma alfabetização sem cogitar o letramento é o mesmo que aliar o ensino da leitura e da escrita a um ato automático de codificação/decodificação de códigos escritos, não dando diferença no dia a dia do sujeito, já que não o torna letrado. Ou seja,

como um sujeito que “lê” textos, letras de músicas em inglês, mas não domina a língua inglesa, cantando e lendo o texto de forma automática e repetitiva. Sendo assim “ser letrado é ser competente para participar de uma determinada forma de discurso, sabendo-se ou não ler e escrever (...) que as consequências cognitivas do letramento estão ligadas ao envolvimento em uma cultura letrada, e não diretamente às habilidades de leitura e escrita” (GOULART, 2006, p. 451). E a partir das definições desses conceitos e as práticas sociais que os competem, vamos inseri-los no nosso objeto de pesquisa.

1.2 Em um objeto universal...

Segundo (STREET, 2014), o letramento é um processo com fortes influências que confirmam as relações de poder, autoridade, hierarquia e de controle, principalmente no modelo autônomo de letramento². Ter a habilidade da escrita e leitura torna o indivíduo pertencente à cultura, à sociedade e sua existência visível, lembrando que estamos nos limitando aqui à condição de possuir as habilidades de escrita e leitura, restrita à alfabetização. Em vista de uma valorização de um letramento escolarizado e institucionalizado, com pressuposto de superioridade em relação a outras formas de letramento (oral ou por outros meios), o autor apresenta o modelo ideológico de letramento³, a fim de não deixar o modelo autônomo se sobrepor em cima das individualidades e particularidades do letramento de cada indivíduo, tornando-as homogêneas. Seu objetivo é refletir sobre a interação entre os sujeitos, valorizando seus meios de letramento e a partir disso introduzir o letramento institucionalizado, criando uma alternativa e não uma imposição, característico do sistema de controle e poder.

De maneira histórica e social, ter posse de competências de leitura e escrita era parte do conjunto de “regras” que compunham a ascensão social e enobrecimento do sujeito no período burguês do século XVIII e XIX. O sujeito escravizado não deveria ter qualquer ligação com o mundo do letramento sob pena de morte, afinal, saber ler e escrever são habilidades que dariam poder ao indivíduo escravizado, fazendo com que ele pudesse criar problemas maiores e até rebeliões. Contudo, se por um lado o letramento e a alfabetização desses sujeitos pudessem trazer algum receio, por outro ter em mãos

2 O letramento autônomo se constitui inicialmente como a ideia de que, através da apreensão da escrita e consequentemente da leitura, o sujeito estaria dotado de uma certa "autonomia", uma vez que a escrita neste modelo é entendida como um produto completo em si, independente do contexto para ser interpretada (KLEIMAN, 1995).

3 Para Kleiman (1995), o modelo ideológico não se trata da negação do outro modelo, mas do reconhecimento de que o letramento não se explica singularmente, mas no plural, pois suas práticas não se limitam a uma única e exclusiva forma.

escravizados com essas competências também era de grande valia no sistema de compra e venda dos cativos. Além disso, os negros escravizados eram animalizados, logo não eram considerados “merecedores” de tal competência que era dada a partir da escola ou de outro meio institucional, não levando em consideração o letramento autônomo. Vários casos de negros escravizados fugidos tinham em seus anúncios de procura a condição de letrado dentro dos adjetivos para sua identificação e isso fazia com que muitos deles ocultassem tais habilidades, com medo de repressão ou regresso para terras onde eram escravizados. Entre os escravizados, o domínio da palavra escrita significou uma estratégia de resistência e de luta, mesmo que poucos tenham tido acesso a isso.

No filme *12 anos de escravidão*, baseado em fatos reais, conta a história do ex-escravizado Solomon Northup (Chiwetel Ejiofor), que foi sequestrado em 1841 e forçado por um proprietário de escravos (Michael Fassbender) a trabalhar em uma plantação de algodão na região de Louisiana, nos Estados Unidos, só recuperando sua liberdade apenas 12 anos depois contando com ajuda de Bass (Brad Pitt). Solomon era um negro livre que tinha família, estabilidade e trabalhava com música, era um ex-escravizado letrado e alfabetizado, utilizando socialmente suas habilidades de escrita e leitura. Entretanto, após sua escravização criminosa, o ex-liberto teve que esconder seus conhecimentos e habilidades na escrita e leitura para garantir sua sobrevivência.

Penas severas eram frequentemente aplicadas aos africanos que buscavam educação. As penalidades variaram de perda de privilégios, confinamento, chicotadas e espancamentos até mutilação e morte. Em consequência, devido ao clima de violência aberta, muitos africanos não desejavam ler ou escrever por medo de morte e / ou perspectivas limitadas de liberdade. Em retrospecto, o número de escravizados que perderam suas vidas lutando pela alfabetização, bem como o número de africanos que aprenderam a ler e escrever nunca foi reconhecido. No entanto, o que se sabe é que os proprietários de escravos geralmente reagiam com crueldade punição e violência imediata dirigidas àqueles que se esforçaram pela alfabetização. No decorrer do filme, ao escrever um bilhete para tentar sua liberdade, o escravizado é descoberto e com muita astúcia consegue reverter a situação e firmar a ideia que não possuía nenhum tipo de habilidade de escrita e leitura. A trama se passa 24 anos antes da abolição (nos EUA) em 1865 e bem antes que no Brasil (1888), último país do Continente Americano a abolir a escravatura.

1.3 Letramento e oralidade como práticas sociais dos escravizados

É necessário entender que o letramento e a oralidade são práticas sociais, pois estamos partindo do princípio que há várias práticas sociais de letramento e com isso podemos assim compreender seu funcionamento em sociedade. No estudo dessas duas variedades é possível perceber que existe uma dificuldade de desvinculá-las. O letramento e a oralidade têm suas individualidades, mas não são diferentes ao ponto de determiná-las como dicotômicas. Porém, elas devem ser analisadas como capacidades mútuas e conjuntas no ambiente de usos comunicativos, sociais e culturais, entretanto, seus objetivos de uso se mostram de uma forma heterogênea e com expressividades variadas em contextos sociais básicos, como, por exemplo, no dia a dia, no trabalho, na família, na escola, na vida burocrática e em atividades intelectuais.

Já pensando em uma habilidade e competência para além da aquisição do código escrito (alfabetização), o discurso oral entra também como uma habilidade a ser considerada em um sujeito que possui algum grau de letramento, mesmo que sem alfabetização. Assim podemos refletir que o indivíduo pode ser agente no discurso oral estende, notavelmente, o que entendemos por letramento, podendo assim incluir nessa discussão o discurso oral de sujeitos não alfabetizados que estão inseridos em uma sociedade letrada. Para além do discurso oral, devemos analisar ainda a importância da memória, seja ela histórica ou pessoal, e a história na composição dos sentidos tanto na escrita quanto na oralidade. “Trata-se de se pensar a oralidade, como produto da história (quando não houve a passagem para a escrita) e como lugar sócio-histórico de produção de sentidos, enfim como prática social de uma linguagem com uma materialidade específica, a oralidade.” (CLEMENTE, 2016).

Ao pensar no objeto da pesquisa, negros escravizados do século XIX, a oralidade era uma habilidade e competência que descrevia os escravizados em diversos anúncios e denúncias de fuga desses personagens da história. Contar histórias, narrativas em volta da fogueira após longas jornadas de trabalho, era um momento de lazer dos escravizados, mas não somente isso, a história deles, lembranças de suas terras nativas eram perpetuadas através das narrativas contadas principalmente por escravizados mais velhos da senzala.

Os negros gostam de reunir-se ao cair da noite ao redor do fogo, fumando, palestrando e gesticulando, em grande algazarra. As tarimbas, das quais cada uma mede 2,5 a 3 pés de largura são separadas uma da outra por uma divisão de madeira de 3 pés de altura, tendo na frente uma esteira ou cobertor para tapar a entrada do lado do corredor. As senzalas ficam abertas às 10 horas da noite, havendo até lá, um convívio misto nas mesmas. (TSCHUDI, 1980, p. 56).

Além das narrativas, outra competência da oralidade dos escravizados era a música. As cantigas africanas, como vissungos, faziam parte da composição dos ritmos que estavam sempre presentes nos campos de trabalho dos escravizados. Além disso, eram essas cantigas que, de forma astuta, modificavam o modo de comunicação entre os escravizados com mensagens cifradas na canção.

1.4 Negros escravizados e o letramento

Antes de pensarmos nesse processo de letramento, podemos analisar os motivos pelos quais esse letramento dos escravos fora por muito tempo apagado e encoberto socialmente. Segundo Barbosa (2009), os restos, valores e testemunhos são provas do letramento da população escravizada e que por sua vez fora também o motivo para que houvesse o apagamento do indícios desse letramento, a fim de tornar a história, o caminho, a cultura e a realidade dos escravizados cada vez mais inexistentes. De acordo com a autora, os testemunhos entram como forma de reaver e reinterpretar a história e o passado só pode ser acessado, revisto através de restos, rastros. Já o valor, como cita Barbosa (2009), o conhecimento é um valor próprio de cada época: sempre houve alguma coisa que não pode ser conhecida, conhecimento considerado maldito, coisa que nenhum mortal deveria saber. Alguns desses conhecimentos só afloram à superfície quando se alcança determinado grau de consciência histórica. Esse parece ter sido o processo que encobriu, por mais de um século, as práticas culturais letradas e leitoras dos escravos do século XIX. (apud HELLER,1993). Com base nas descrições sobre letramento feitas anteriormente, os negros escravizados tinham acesso e um grau de letramento, que é denominado de natureza por Barbosa (2009).

Essas naturezas são de diferentes contextos e níveis, se subdividindo em: leitores por saberem efetivamente ler e escrever, estando imersos em códigos de leitura e de escrita (alfabetizados); leitores por escutarem os textos, os que eram diretamente lidos para eles ou os que se espalhavam pelos ambientes das casas de seus proprietários; leitores, enfim, por saberem o significado das letras impressas e por acompanharem as imagens de suas faces e corpos expostos com frequência nos periódicos que circulavam pelos campos e pelas cidades (Barbosa, 2009). E para além dessas naturezas, temos ainda o entendimento que muitos escravizados mesmo não imersos da cultura do letramento efetivamente entendiam a importância dos códigos, afinal, era um pedaço de papel com códigos que lhe concedia a liberdade (carta de alforria).

A pesquisa procurou trabalhar com os negros escravizados que não tinham acesso à casa grande, no caso, os que apenas trabalhavam no campo ou em algum ofício na cidade (carpinteiro, marceneiro, sapateiro) e que não tinham um acesso direto (ou indireto) aos livros, bilhetes, às cartas, rodas de conversa sobre livros ou acesso à cultura de letramento dos senhores brancos da casa grande. A ideia é pensar como o letramento se deu sem esse contato com a casa grande, circulando esse letramento apenas entre os negros escravizados. A título de distinção, o propósito não é fazer uma separação social entre esses atores, porém, sabe-se que o contato com as letras era mais comum e o ambiente era mais propício ao letramento com os escravizados domésticos do que com escravizados rurais, dando a eles um espaço maior para alfabetização e letramento mesmo que superficial.

Outro ponto entre os negros escravizados e o letramento é sua importância dentro da sua posição diante da sua valorização e humanização dentro da sociedade escravocrata do período. A população negra, por mais que tenha prestado grandes serviços à civilização brasileira, sempre carregou a bagagem social de inferioridade diante da população, sendo resistente até os dias atuais. No processo histórico brasileiro, de forma sugestiva, estudiosos sinalizam a utilização da escrita por escravos no Brasil escravocrata; um exemplo histórico é a revolta dos escravizados que aconteceu em Salvador- Bahia em 1835, mais conhecida como revolta dos Malês, na qual foram encontrados amuletos que tinham papéis escritos em árabe, feitos por escravizados muçulmanos com a finalidade de proteção. Diversos pesquisadores indicam que a escrita religiosa entre esses escravizados era desenvolvida antes mesmo de virem da sua terra. A partir desses estudos podemos estabelecer de que os escravizados trazidos da África faziam parte de uma sociedade organizada, letrada e que tinham uma qualidade intelectual igualmente aos demais atores sociais. Objetivamos, portanto, diante desses fatores históricos e sociais, compreender e desmistificar um olhar limitado acerca da cultura e história africana.

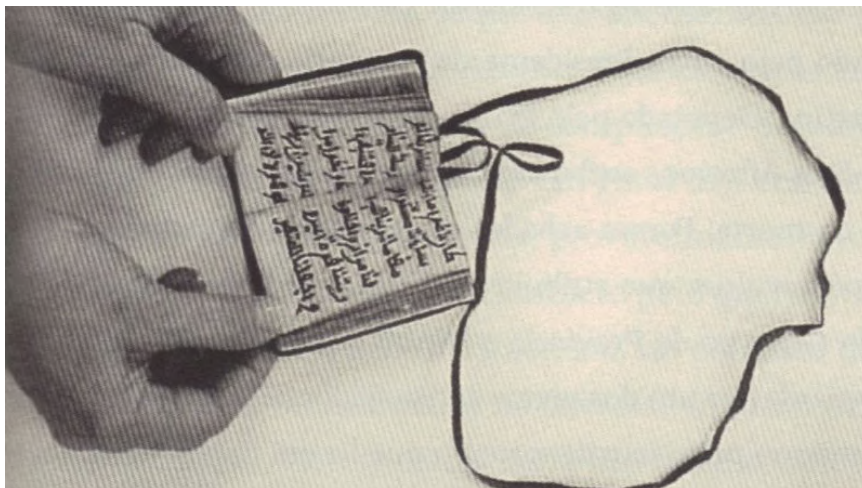
2.0 Naturezas do letramento

2.1 Escravos alfabetizados e letrados (1ª natureza)

No intuito de refletir sobre o processo de letramento dos escravizados, temos que pensar como e quem tinha acesso à cultura letrada. A fim de transpassar tabus e mitos acerca disso, sabe-se que muitos escravizados no processo de diáspora africana, já traziam consigo uma bagagem de letramento, que por uma questão social e de sobrevivência,

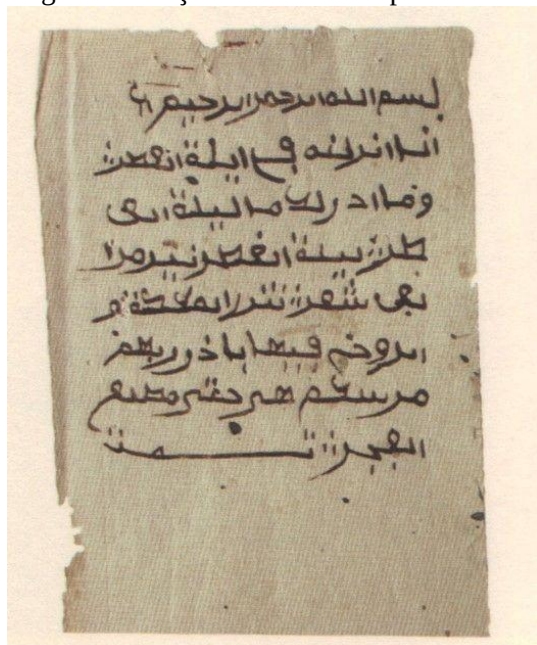
era oculta socialmente. Entretanto, nos estudos e pesquisas de Wissenbach (2002), foram anexados textos, pequenos bilhetes, cartas, e escapulários com rezas que creditam a ideia de escravizados alfabetizados, que tinha o domínio propriamente dito do uso da leitura e da escrita, estando assim, inseridos na cultura do letramento, lembrando que eles não estão inseridos apenas por saber ler e escrever, mas por utilizarem as habilidades da leitura e da escrita em um contexto social e de comunicação. Nota-se que, para a sobrevivência do negro durante a escravidão, era necessário desenvolver diferentes tipos de traços de personalidade e habilidades. Para isso, o escravizado também necessitava aprender uma série de habilidades e ofícios artesanais. Para o escravizado africano, aprendendo a ler e escrever era algo altamente desejado e, para a maioria das coisas existentes, difícil de alcançar. No entanto, para muitos, aprender a ler e escrever foi o primeiro passo para a autoemancipação.

Figura 1- Amuleto malê encontrado com escravizado capturado após a revolta



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 2002

Figura 2- Orações malês com a prece “A vitória vem de Alá”



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 2002

(...) listas de objetos (feitas com a intenção de assegurar posses, especialmente quando seu autor se encontrava foragido); rezas e preces colocadas no interior de escapulários e amuletos, que homens e mulheres portavam como elementos de proteção; e, finalmente, cartas escritas de próprio punho por escravos e que, transformadas em peças incriminatórias, nunca foram endereçadas. (WISSENBACH, 2002, p. 108 Apud ALBERT, 1993, FABRE, 1993,)

Ainda em Wissenbach (2002), temos mais exemplos do uso da escrita entre os escravizados, como é o caso do escravizado de ganho chamado Claro, que escreveu uma carta a pedido de outra escravizada chamada Teodora, que não sabia ler e nem escrever. Ao passar por uma casa que estava sendo montada pelo cativo Claro, a escravizada o observava casualmente nos fundos da residência escrevendo; então, oferecendo alguns trocados, pede que ele escreva uma carta para ela. Outro exemplo é a carta de alforria na simbologia das letras, da escrita.

Um papel com códigos alfabéticos e numéricos materializava o sonho da liberdade dos escravizados e era a segurança dos escravizados libertos, aquilo que assegurava sua liberdade se fosse o caso de serem confundidos com um possível escravizado foragido. Um ponto surpreendente apresentado por Wissenbach é o fato de negros ex-escravizados inserirem a alfabetização em crianças brancas da casa grande. E, de forma surpreendente, apresentar nesse processo de letramento, um fato histórico socialmente rejeitado e oculto que fora a alfabetização e letramento dos escravizados. [...] a vontade de aprender a ler da criança branca estivesse ligada às relações de amizade com crianças negras e o papel de alfabetizadores que muitos negros desempenharam em várias famílias, sem que lhes tivessem sido reconhecida esta função (WISSENBACH, 2002, p. 110 apud Demartini, 2001, p. 138). A autora trabalha também com dois aspectos importantes para inserção dos escravizados na cultura do letramento e da alfabetização. O primeiro é a prática da leitura e da escrita dentro dos plantéis que pertenciam às instituições religiosas e ao clero; em segundo tínhamos a alfabetização e letramento associados às questões referentes a trabalhos urbanos, principalmente entre os trabalhadores autônomos. Em análise desses dois aspectos, a autora apresenta o primeiro ponto com fato de escravizados gozarem da regalia da escrita e da leitura de seus assenhorados, homens da igreja, que tinham certa preocupação em relação às condições de vida dos viveiros, as melhorias de atividades para um ensinamento

profissional, e por fim o ensino de uma educação familiar e religiosa. No segundo ponto, a prática da escrita não se refere apenas à regalia proporcionada pelas ordens religiosas, mas havia uma exigência no desempenho dos escravizados, que tinham especializações em seus ofícios, tinham que agenciar seus serviços por conta própria os negócios para que pudesse competir no mercado competitivo. Para tal ilustração, Wissenbach em seus documentos, apresenta o caso do escravizado de ganho, trabalhador urbano, que além da prática de leitura e escrita, possuía a habilidade de contabilidade e administração de seus ganhos monetários.

(...) É o caso, por exemplo, de Pedro, africano de múltiplas habilidades, escravo do arcediogo Fidélis Alves de Moraes que, em 1858, diante da suspeita da origem ilegal de seus pecúlios, listava de memória as obras em que havia trabalhado e os correspondentes ganhos que havia adquirido:

Respondeu que desde que veio para essa cidade há seis anos não pára e tem estado ocupado em diferentes obras em que ganhou dinheiro, sendo na de Taborda 237 mil-réis, na de Derdeis 19 mil e 400, na do Dr. Anacleto 98 mil e 800, na casa do falecido Bierrenback 185 mil e 550, na casa de Joaquim Elias 34 mil e 540, de Sales 785 mil e 600, na de Guilherme Castanho da Silva 23 mil e 600, que soma 786 mil e 30, tendo mais a acrescentar que na obra de Pires 17 mil e 280, na casa do Dr. Pinto 39 mil e 40 e na obra de Joaquim Tamanca 90 mil e 720 [...] (Wissenbach, 2002, p. 112. apud AESP, Justiça versus Pedro, escravo do Reverendo Archediogo Fidélis José de Moraes, 1858)

A escrita também aparece como uma legitimidade das posses, pensando principalmente em uma sociedade que não reconhecia de forma legal as propriedades dos escravos. Além disso, a habilidade da escrita era exibida com orgulho, entre eles, como se fossem suas armas, suas posses, propriedades, agenciamento dos seus trabalhos. A escrita e a leitura, propriamente ditos, davam aos escravizados diferenciação social, humanização em contexto público e de uso dos códigos escritos, majoritariamente práticas do homem branco, tornando-os letrados.

Fugiu no dia 1o. de abril, ao abaixo assinado, o escravo de nome Pio, com os seguintes sinais: mulato, cabelos corridos quase pretos, altura regular, cheio de corpo, nariz afilado, tem nas costas um sinal como queimadura e bons dentes; sabe ler e escrever e trabalha um pouco de alfaiate (GAZETA DE CAMPINAS, 28 abr. 1872, p. 4).

É observado no texto acima que, além das características físicas, o escravizado Pio era descrito como um indivíduo que possuía a habilidade de escrita e leitura, além do ofício de alfaiate, que tinha como pressuposto algum grau de competência nos usos dos códigos de letramento. Em outros anúncios, muitos escravos são apresentados como sagaz, com discursos de seres escravizados livres, apesar de legalmente não serem,

indicando ainda que muitos deles sabiam declamar versos e possuem papéis junto aos seus pertences. A busca do africano pela liberdade da escravidão é pouco reconhecida, mas historicamente heroica do poder inegável do espírito humano. Os códigos escravos e processos judiciais fornecem descrições das condições políticas e sociais brutalmente duras enfrentadas pelos africanos. Registros de plantações, bíblias, jornais, cartas e relatos de viagens também são úteis. No entanto, talvez a maioria das evidências autênticas vem de relatos autobiográficos de ex-"cativos" e proprietários de escravos que viveram durante a última geração da escravidão.

2.2 Escravizados leitores por escutarem os textos (2ª natureza).

Na segunda natureza temos os escravizados leitores por escutarem textos lidos para eles por terceiros alfabetizados, entretanto, a questão é: o que os tornam letrados? Ao voltar para a definição de letramento, este não está associado apenas à prática de leitura escrita, mas ao fato de utilizar os códigos escritos de forma social e de comunicação. Antes de qualquer coisa, temos que pensar o sentido de comunicação tinha a escrita para quem ouvia. Usando a escrava Teodora mencionada em um exemplo anteriormente, Barbosa (2009), aponta a representação da escrita para quem não possuía a habilidade da escrita e da leitura. Para ela (Teodora), a escrita poderia levá-la a se comunicar com seu esposo, também escravo em outra cidade, já que não sabia exatamente seu paradeiro, além de poder ter através da escrita um outro meio de comunicação fora dos espaços restritos. Além da comunicação, a escrita desempenhava um papel importante na contação de histórias, na preservação da memória, crenças e reafirmação de promessas. E essa escrita precisa ser decifrada, ser lida em voz alta, levando assim os códigos da oralidade para a cultura da escrita, fazendo interseção entre as práticas orais e o mundo letrado. Para essa natureza, Barbosa (2009) ilustra com uma imagem publicada em 15 de outubro de 1887, pela *Revista Ilustrada*, que tinha uma circulação relevante no Rio de Janeiro, uma descrição de uma leitura entre os escravizados. A cena descrita é de um escravizado que lia para seus companheiros de senzala um discurso de uma personalidade da época que fazia parte do movimento abolicionista.

O episódio é narrado com riquezas de detalhes, apontando onze escravizados formando uma roda, onde no centro, um deles aparenta ler em voz alta o periódico para os dez demais (atentos) em sua volta. A ação apresenta além da possibilidade de os escravizados serem letrados e alfabetizados, possuindo efetivamente a habilidade de leitura, letrados de primeira natureza. Mas também apresenta outra natureza de letrados, que na cena se apresenta naqueles que ouvem atentamente o que é lido para eles, que

absorve, decodificam e entendem as informações que lhe são apresentadas pela leitura de terceiros, tornando-os letrados de segunda natureza. Sem nos ater muito a essa condição, para essa natureza de letramentos podemos pensar também nos escravizados que eram descritos em romances da época, como escravizadas que estavam próximas as suas senhoras quando as mesmas liam e descreviam cartas que recebiam, seja qual for o conteúdo ou escravos que serviam seus senhores da casa grande e participavam de forma indireta de leituras de revistas, jornais, romances lidos em voz alta.

Figura 3- Escravizados fazendo leitura do jornal



Fonte: Ilustração Revista Ilustrada, 1887

2.3 Leitores por saberem o significado das letras impressas. (3ª natureza)

Inseridos em um espaço em que os códigos escritos estão circulando em ambientes além da escola, e que o aprendizado não está ligado diretamente às paredes do ensino da escrita e da leitura ao academicismo, os escravizados estão, como quaisquer grupos sociais, realizando trocas culturais com os demais grupos da sociedade com quem tinham mais proximidades, tendo acesso ao mundo letrado em algum grau (uns maiores, outros menores), se familiarizando com a escrita, podendo ter como resultado a alfabetização desses agentes. Em Barbosa (2009), o caso da escravizada Eduarda é utilizado para ilustrar o processo de letramento de 3ª natureza, realizada pela maioria dos escravizados.

Eduarda andava pelas ruas, no início de fevereiro do ano de 1886, machucada com hematomas e feridas abertas por todo corpo, sinais de tortura de seus donos. No caminho, uma senhora se aproximou de Eduarda e a aconselhou ir à redação da *Gazeta da tarde*, localizada no centro do Rio de Janeiro, fundada por um líder abolicionista, ali poderia ser ouvida e estaria em segurança. A escravizada não sabia ler e nem escrever,

entretanto, assimilou e compreendeu o que a senhora que a parou na rua a recomendou, indo até redação do líder abolicionista, entendendo que aquele espaço lhe daria segurança e resolveria sua situação. Pensando nisso, podemos levantar alguns questionamentos como o porquê a escravizada aceitou a sugestão da senhora de ir até o jornal ou porquê acreditar que ali seria um local seguro para ela. Provavelmente podemos prever que a escravizada já tinha informações sobre o jornal e o líder abolicionista, entretanto, a mesma poderia não ter tido contato com quaisquer informações anteriormente.

A partir disso, Eduarda recebeu as informações sobre o jornal naquele momento, naquela situação da abordagem da senhora quando perambulava pelas ruas da cidade. Eduarda entendeu o que lhe foi dito, compreendendo o que significava um jornal abolicionista. Não somente essa compreensão sobre a informação que recebeu, mas também houve a absorção do símbolo e da relevância do jornal e dos códigos escritos, praticando assim um letramento de 3ª natureza.

Outro caso de letramento desta mesma natureza é a história da escravizada Maria Rosa, descrita em Venâncio (2017). Maria Rosa escreveu uma carta a Imperatriz no dia de seu aniversário, solicitando a alforria de sua filha Ludovina que se encontrava doente e ainda escravizada. Na carta Maria Rosa recorre à bondade da imperatriz para que seu pedido seja atendido, apelando a argumentos de cunhos maternos para validar e valorizar sua súplica. Sua carta segue as regras a respeito da escrita de uma carta, o que podemos pressupor que a epístola tenha sido escrita por alguém alfabetizado, com habilidades e costume de escrita. Ao escrever ou solicitar a escrita da carta, Maria Rosa tinha consciência e conhecimento do que a escrita da carta poderia lhe proporcionar, sabia a funcionalidade da carta, a interlocução, a resposta, uma possível ação, que no caso seria o apelo pela alforria de sua filha Ludovina, praticando também um letramento de 3ª natureza.

3.0 Práticas de letramento

Procuramos compreender com este trabalho como tais atores históricos venceram a condição de “iletrados” e passaram a tomar posse de uma cultura de letramento, entrando e utilizando da tecnologia da escrita e da leitura de forma prática e social. O aprendizado da leitura e da escrita, até meados do século XIX, ocorriam de forma separadas e somente após 1860 é que temos a escolarização de negros ex-escravizados como base fundamental para adequação desses agentes a nova conjuntura social que se

formava nesse período no Brasil colônia. A entrada dos filhos de escravizados na escola só foi possível a partir de 1871, com o decreto da lei do ventre livre. A escolarização de negros escravizados e seus descendentes vai além do tema proposto para tal pesquisa, então não será aprofundada a temática. Alguns autores historiadores dão vestígios da existência de escravizados letrados no Brasil ainda no regime colonial. Em Wissenbach (2002), a autora apresenta a revolta dos Malês, que aconteceu em Salvador em 1835, em que foram encontrados amuletos e escapulários com escritas e rezas em árabe nos corpos dos escravizados mortos na revolta. Tais objetos eram produzidos por escravizados muçulmanos, no intuito de proteger quem os carregava.

A revolta dos malês é bastante conhecida entre os historiadores, o autor Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala*, supõe que na Bahia, nos anos de 1835, havia, provavelmente, mais negros escravizados letrados e alfabetizados do que na casa grande dos senhores brancos. Essa afirmação não foi comprovada, mas a partir do depoimento de alguns escravizados, pode-se pressupor que em alguns casos, vários escravizados já vinham portando a tecnologia da escrita e leitura por questões religiosas. Esses testemunhos revelam que os negros escravizados foram trazidos de seus países faziam parte de uma sociedade organizada, letrada e eram seres intelectualmente capazes. Tais informações revelam e destroem mitos sobre as culturas africanas inexistentes ou inferiores, que resistem até os dias de hoje.

Retomando ao conjunto de cartas da escrava Theodora (que não sabia ler e nem escrever), mencionada em capítulos anteriores, Wissenbach (2002) analisa as relações determinadas por escravizados na inserção do mundo do letramento. E conclui que, mesmo não sabendo nem ler e nem escrever, os escravizados entendiam as funções sociais das palavras, da escrita e da leitura e em que circunstâncias elas deveriam ser utilizadas. Em Fonseca (2002), o autor alega que os escravizados eram alfabetizados (ensino de escrita e leitura de códigos) em ambientes não escolarizados. “(...) A leitura oralizada, para o autor, teve papel fundamental para que o trânsito cultural entre o mundo dos letrados e os dos iletrados pudesse ocorrer- apesar de admitir as possibilidades de impermeabilidade cultural.” (Morais, p. 497, 2007 Apud Paiva, 2003). Ainda em Paiva (2003) é descrito que havia escravizados que assumiram lugares de prestígio na sociedade a partir da inserção no mundo letrado/alfabetizado e usa como exemplo o caso do escravizado Cosme Teixeira Pinto, que assumiu o cargo de escrevente em um cartório e conseguiu assim trabalhar e achar caminhos para sua liberdade. O autor apresenta as circunstâncias que possivelmente definiram as

proibições de escravizados ou ex-escravizados em escolas ou fizeram com que eles escondessem suas condições de letrados ou alfabetizados, sendo uma delas o medo que os senhorios tinham de que com aprendizagem dos códigos escritos e de leitura os cativos almejassem uma liberdade.

O “Estado” islamizado do Mali, espalhado ao sul do continente africano, possuía um intenso comércio de livros e uma cidade universitária: Tomboctu. (MORAIS, p. 500, 2007 Apud Ferronha, p. 20, 1996). As análises apresentadas até aqui são meios para que possamos pensar e desmistificar afirmações feitas por anos a cerca da aquisição e aprendizagem da cultura letrada por escravizados, que, por sua vez, sabiam utilizar os códigos escritos (escrita e leitura) conforme a necessidade.

4.0 Desvantagens educacionais históricas

Na condição de letrados, muitos escravizados, como dito anteriormente, já vinham de suas terras sabendo ler e escrever. A desigualdade educacional vista até hoje no Brasil ainda é herança de leis discriminatórias e racistas do Brasil do século XIX. Em 1824, a constituição não considerava os negros escravizados como cidadãos brasileiros e por consequência os mesmos não tinham direitos previstos por lei, incluindo a educação. Apenas em 1854, com a regulamentação da instrução primária e secundária no município da Corte é que foi concedido o direito de populações libertas terem acesso às escolas, mas com restrições e somente quem era vacinado e não tivesse doenças contagiosas poderiam ter esse acesso, naturalmente, limitando assim a maioria da população negra e os escravizados ainda viviam a margem da sociedade, proibidos de frequentar escolas.

Um dos discursos mais recorrente no Brasil hoje contra a lei de cotas nas instituições de ensino superior é de que todos são iguais perante a lei; mas como pensar em igualdade se a população branca saiu na frente na corrida do direito à educação, saúde, cultura e cidadania no Brasil? A lei de cotas nas instituições públicas no ensino superior veio exatamente para tentar igualar esse abismo de séculos de desigualdades existentes no país, entretanto ainda há quem diga que a igualdade já existe e que todos temos e gozamos de uma democracia racial. O antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro* abre uma discussão e faz uma análise dessa falsa igualdade que permanece até os dias atuais. “(...) a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional.” (RIBEIRO, p. 220, 1995). Com a lei 10.639, hoje, tanto o

ensino privado, quanto o ensino público tem o dever de oferecer o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, em todo âmbito escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira, mas ainda vemos que o caminho para a introdução de tal conteúdo se encontra em passos lentos, visto que, nas áreas descritas acima, ainda permanecem o ensino da cultura, educação e história euro-centrada e com isso perpetuando mitos e afirmações controversas acerca da população negra escravizada por mais de 500 anos, só no Brasil. Hoje temos a marginalização dessa cultura, de sua história. Não precisamos ir muito longe ou ir muito fundo em estudos antropológicos para ver e identificar essa marginalização. Com a repressão do conhecimento, da história e do caminho dos escravizados, sua legitimidade foi cada vez mais apagada na construção da identidade do negro escravizado do século XIX, firmando assim sua animalização diante da sociedade.

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pelas criminalidades inatas e inelutáveis. (RIBEIRO, p. 221, 222, 1995).

Educadores e cidadãos têm que ter consciência que para vencerem as desigualdades e o racismo, ainda latente no país, é necessário ter um recorte racial no debate e na construção de uma educação igualitária e justa. De nada serve trazer do papel esta ação de tentar resolver os problemas sociais em relação à educação da população negra se os poderes legislativo, executivo e judiciário não trabalharem juntos para promoção dessa igualdade, valorização da diversidade, das relações sociais e identidades.

Entretanto, mesmo após quase 20 anos da lei 10.639, encontramos embates em quase todo ambiente acadêmico/educacional em relação à prática efetiva do cumprimento da lei. Contudo, não podemos negar que nesses quase 20 anos temos conseguido nos estabelecer e enxergar de forma diferente socialmente. Ademais, vale lembrar que o racismo pode ser intrínseco nas relações pessoais, profissionais, institucionais e que não conseguimos identificá-lo de forma espontânea. Além disso, temos 10 anos da lei de cotas, que no mesmo caminho da lei 10.639, sofre de maneira recorrente com tentativas de extinção por parte de opositores à lei.

5.0 Considerações Finais

O objetivo desse trabalho foi realizar uma pesquisa histórico-bibliográfico sobre o processo de letramento dos negros escravizados no Brasil colonial do século XIX que, atualmente, possui poucos estudos linguísticos acerca do assunto.

O primeiro passo do trabalho foi tentar identificar as problemáticas históricas que levaram ao apagamento do conhecimento de negros cativos que possuíam a condição de letrados no Brasil escravocrata e como isso refletiu no sistema educacional brasileiro vigente do século XXI. Além disso, foi necessário diferenciar os conceitos de letramento e alfabetização, através de definições feitas por linguistas e pedagogos de referências na área. Nesse ínterim, o conceito de letramento foi ampliado, abrindo assim um espaço para a pluralidade do conceito e colocado em uma posição além da determinação de saber ler e escrever (prática de escrita). Inclusive, o trabalho não tinha como objetivo trabalhar as questões de ensino de escrita e leitura para os objetos da pesquisa. A alfabetização foi somente utilizada como uma das práticas de letramento que, como dito anteriormente, era o objetivo do estudo. A definição e diferenciação desses conceitos deram suporte para trabalhar de forma mais abrangente para os capítulos posteriores da pesquisa.

Ademais, foram utilizados estudos de história, sociologia e antropologia para embasar algumas pontuações sobre a mistificação do negro escravizado sem posse de uma cultura letrada. Dentre várias análises, o fato de tornar o negro cativo animalizado, sem chance de possuir condições cognitivas e sociais para justificar sua desumanização perante a sociedade branca elitizada. Já adiante foi feita uma investigação sobre a oralidade como forma de letramento cabível dentro das definições dispostas anteriormente. Lembrando que o discurso oral entra também visto como uma habilidade a ser considerada em um sujeito que possui algum grau de letramento, mesmo que sem alfabetização.

Paralelamente, foram feitas análises de casos reais que poderiam comprovar a existência de negros cativos letrados, baseadas no conceito de múltiplos letramentos. Esses casos foram separados de acordo com naturezas de letramentos, definidos e orientados dentro de cada capítulo. Assim sendo, na primeira parte temos os negros escravizados que sabiam ler e escrever efetivamente, ou seja, possuíam além do letramento, também a alfabetização. Para esse capítulo foi feito um estudo e constatado que muitos negros cativos, diante da diáspora africana, vinham de seu país de origem já possuindo uma cultura letrada e alfabetizada, que por uma questão social foi escondida. Após pesquisas

bibliográficas, foram encontradas referências que creditavam a ideia do negro letrado, não somente por saber ler e escrever, mas por fazer uso dos códigos de forma social de comunicação. Prova disso são os amuletos, cartas e escapulários com rezas escritas em árabe, feitos por escravizados muçulmanos, durante a revolta dos Malês na Bahia em 1835. Outro exemplo dado para essa primeira natureza de letramento é o caso do escravo de ganho Claro que escreveu uma carta a pedido de outra escravizada. O estudo tem outros casos representando a primeira natureza e sustentando a tese de sua existência. Adiante temos a segunda natureza que descreve os escravos que sabiam a funcionalidade dos códigos por serem ouvintes de textos que eram lidos para eles ou que estavam no ambiente onde eles se encontravam. O caso mais conhecido é da ilustração da revista *Ilustrada* de 1887 que descreve uma cena em que um cativo lia um jornal e os demais em volta, também escravizados, prestavam atenção ao que era lido. Nesse caso, os escravizados que estavam em volta como ouvintes que praticavam o letramento de segunda natureza.

Por conseguinte, chegamos aos letrados de terceira natureza que são aqueles que sabem os significados dos códigos escritos e seu uso social e que era utilizado pela maioria dos escravizados da época. Para essa natureza foi utilizado o caso da escravizada Eduarda, que após sofrer violência por parte de seus donos, foi orientada a procurar um jornal abolicionista. Eduarda entendeu o que lhe foi dito, compreendendo o que significava um jornal abolicionista. Não somente essa compreensão sobre a informação que recebeu, mas também houve a absorção do símbolo e da relevância do jornal e dos códigos escritos, praticando assim um letramento de 3ª natureza.

O estudo também procurou entender como esses agentes saíram da condição de “iletrados” e começaram a fazer parte de uma cultura letrada, praticando efetivamente a leitura e escrita e utilizando esses códigos de forma social, dando visibilidade a sua existência e história. Com essas análises podemos desenraizar a afirmação que a cultura da população africana escravizada era inferior ou inexistente. Além disso, cativos que sabiam ler e escrever também poderiam ter condições de trabalhos menos degradantes, isso vem em contrapartida ao que foi defendido em todo o trabalho, já que foi exposto que os negros escravizados escondiam suas condições de letrados e alfabetizados com medo de retaliações. Entretanto, para toda uma regra existe a exceção, não eram todos os negros escravizados que tinham o privilégio de poder exercer seu letramento, porém existiam casos em que era possível tal feito.

Por fim, não menos importante, foi feita uma análise de como todo esse processo de letramento dos negros escravizados foi importante para construção educacional/acadêmica do negro já no século XXI. Hoje, com o objetivo de atingir uma igualdade entre a população negra e branca, foram criadas leis (10.639 e 12.711) que permitissem que essa corrida pelo conhecimento, sabedoria e reconhecimento de cultura fosse igualmente dada para ambas as raças. Porém, esbarramos em diversos obstáculos no caminho como o não cumprimento efetivo da lei 10.639 que obriga as instituições de ensino básico a oferecerem o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, em todo âmbito escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Além disso, encontramos ainda opositores a lei de cotas que visa a repartição de vagas para estudantes negros com renda per capita de um salário meio. Tais circunstâncias são provas de que o negro ainda tem muito o que lutar para conseguir o mínimo dentro da sociedade com um racismo estrutural e institucional muito presente nos dias atuais.

Portanto, podemos compreender que fazem parte da cultura de um povo as seguintes práticas e manifestações, como: a música, os rituais religiosos, a língua falada e escrita, os mitos, as danças, a arquitetura, os pensamentos, as formas de organização social, política e econômica, etc. O ser negro, de corpos surrados, deteriorado pela escravidão levava consigo sua cultura, sua raça, suas crenças e principalmente sua existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Angelo. Conjas Ixtraordinárias. Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 13 de out de 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1887_00467.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2022.

BARBOSA, Marialva Carlos. Escravos letrados: uma página (quase) esquecida. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E- compós, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação dos negros. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. São Paulo: Global, 2005.

Gazeta de Campinas, 28/04/1872. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/091995/per091995_1872_00242.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2022.

GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, p.450-460, set/dez.2006.

HELLER, Agnes. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

KLEIMAN, Ângela (Coord.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p. 493-550, set. – dez. 2007.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. v. 1.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil. – 1ª ed. 1995 – 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 25, p. 5-16, jan./abr. 2004.

SOUZA, TANIA CONCEIÇÃO CLEMENTE DE. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. *Policromias - Revista de estudos, do discurso, imagem e som*, v. 2, p. 36-56, 2016.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes: 1988.

_____. *Letramento e analfabetismo*. Tese de Livre Docência n/p. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1992

_____. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez: 1995.

_____. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In.: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. p.77-97. (col. Ideias sobre linguagem).

_____. *Perspectivas históricas e a-históricas do letramento*. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n.26, p.49-62, jan./jun. 1994. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3029/4171>>. Acesso: 06 de janeiro de 2019.

_____. Da escrita do nome à escrita da vida: letramento e alfab. de adultos. *Intersecções. Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais*, v. 1, p. 56-76, 2017.

TSCHUDI, J. J. V. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.

VENÂNCIO, Giselle; SECRETA, Maria; RIBEIRO, Gladys. *Cartografias da cidade (in)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros no município de São Paulo, 1850-1880. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 4, p. 103-122, jul. – dez. 2002.